



**Abel Goulart Ferreira – OAB – 16.172**  
**Eduardo Bittencourt Ferreira – OAB – 95.814**

---

Exmo. Sr. Dr. Conselheiro Relator da 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Proc. nº: 1058666

**HENRIQUE RAMON POLI DE ALMEIDA**, já qualificado nos autos supra, vem com acato permanente, por intermédio de seus Procuradores, apresentar **MANIFESTAÇÃO**, pelas razões fáticas e jurídicas que passa expor:

**1-Douto Conselheiro:** conforme se depreende do presente Caderno Processual, o mesmo volve a análise de processos licitatórios da Autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) do município de São Lourenço, no período de 2017.

**Rua Melo Viana, 91 – Salas 301/302 – CEP – 37.470-000**  
**São Lourenço – MG Telefax (35) 3331-1575**



**Abel Goulart Ferreira – OAB – 16.172**  
**Eduardo Bittencourt Ferreira – OAB – 95.814**

---

**2-**Neste sentido, tem que ser destacado, inicialmente, que o douto Representante do Ministério do Ministério Público concluiu, baseando no parecer da Unidade Técnica competente, que não houve sobrepreço nos orçamentos analisados, envolvendo as licitações em questão.

**3-**Posteriormente, retro mencionada Autoridade se manifestou que os envolvidos, querendo, se manifestassem com relação a possíveis irregularidades formais dos processos licitatórios em questão, sendo referido entendimento encampado pelo Nobre Conselheiro.

**4-**Assim, tem o agora Manifestante a aduzir, que na qualidade de ex-diretor-presidente da Autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), período (01/01/2017 a 07/11/2017), sempre pautou suas decisões em pareceres do corpo administrativo e judicial.

**5-**Não dizendo outra coisa, os pareceres do corpo administrativo e judicial constam dos documentos do presente Caderno Processual, sendo que os mesmos recomendavam que o agora Peticionário agisse da forma como agiu, para a contratação dos serviços da forma como contratada.

**6-**Destarte, não pode ser imposto ao agora Escrevente nenhuma irregularidade (se existente), tendo em vista que o mesmo baseou suas decisões em pareceres do corpo administrativo e do corpo jurídico da Autarquia SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto).

Diante do acima exposto e devidamente provado,  
**REQUER:**

**Rua Melo Viana, 91 – Salas 301/302 – CEP – 37.470-000**  
**São Lourenço – MG Telefax (35) 3331-1575**



**Abel Goulart Ferreira – OAB – 16.172**  
**Eduardo Bittencourt Ferreira – OAB – 95.814**

---

a) Que o Nobre Conselheiro se digne em recepcionar a presente peça processual e no mérito julgue improcedente qualquer medida contra o agora Argumentante.

b) O cadastramento dos procuradores constantes do competente Instrumento de Procuração, com fins no art. 272, §2º do Código de Processo Civil, sob de nulidade.

Nestes Termos

Pede Deferimento

São Lourenço / Belo Horizonte, 07 de julho de 2022.

Abel Goulart Ferreira

Eduardo Bittencourt Ferreira